

ATA NÚMERO 197/XII/3.^a SL

11.junho.2014 – 11h00

Aos 11 dias do mês de junho de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 393/XII/3^a – Solicitam a alteração da legislação que regula o acesso ao ensino superior dos alunos do ensino artístico especializado.

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator: Rita Rato (PCP)**

5. Proposta de mandato, prazo e Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Indisciplina em meio escolar.

- **Apreciação e votação**

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 17 de junho de 2014 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Acácio Pinto.

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 196/XII, relativa à reunião de 3 de junho, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente comunicou que a Sra. Deputada Ana Oliveira (PSD) foi substituída, na Comissão, pela Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD).
- 3.2.** Transmitiu ainda que se encontra agendada, para o dia 17 de junho, das 09h30 às 13h30, uma Conferência organizada pela EPIS – Empresários pela Inclusão Social, na Sala do Senado. Integrando o programa a intervenção de representantes dos Grupos Parlamentares, foi solicitada a indicação dos Deputados que estarão presentes.

3.3. O Sr. Presidente referiu-se ainda ao pedido dirigido à Comissão, pelo Gabinete da Sra. Presidente da Assembleia da República, no sentido de se pronunciar sobre o acolhimento da exposição itinerante do Mosteiro de Tibães, na Assembleia da República. O Mosteiro de Tibães foi sede da ordem de S. Bento, tendo fornecido o maior contingente de fundadores do Mosteiro de S. Bento da Saúde, atuais instalações da AR.

Propõe-se que a inauguração da exposição tenha lugar no dia 10 de julho, às 14h, e que decorra até 30 de setembro, para estar patente aquando das Jornadas Europeias do Património. Os custos previstos - 1.237€ + IVA - têm cabimento nas rúbricas orçamentais do Museu da AR.

Esta proposta foi unanimemente aceite por todos os Grupos Parlamentares presentes, que se congratularam com a realização da exposição.

3.4. O Sr. Presidente referiu-se, por último, ao Curso de Verão de Iconografia, da responsabilidade da Dr.^a Cátia Mourão, do Museu, cuja primeira aula terá lugar no dia 7 de julho, às 10h00, no Centro de Acolhimento ao Cidadão, na Assembleia da República.

Tendo sido deliberada a participação de um representante por Grupo Parlamentar, o Sr. Presidente solicitou a indicação dos Deputados que irão estar presentes, sendo que a duração das intervenções não deverá exceder os 5 minutos.

4. Petição n.º 393/XII/3ª – Solicitam a alteração da legislação que regula o acesso ao ensino superior dos alunos do ensino artístico especializado.

O Sr. Presidente cumprimentou a delegação de peticionários composta por: Adelaide Veludo Mamede, Alexandra Azevedo, Rui Naldinho e Firmino Santos (Escola Artística Soares dos Reis); Daniel Oliveira, Maria João Dias, Olímpio Malta, Luís Barata e Professor Rui Madeira (Escola Artística António Arroio).

Os peticionários pretendem a alteração da legislação que regula o acesso ao ensino superior dos alunos do ensino artístico especializado, invocando, entre outros, os seguintes fundamentos:

- Os alunos do ensino artístico especializado têm as mesmas disciplinas, programas e grau de exigência, na componente de formação geral e específica, dos alunos de artes visuais dos cursos científico-humanísticos, mais uma disciplina da componente técnica-artística, pelo que têm uma carga letiva superior;
- Para além disso, são submetidos, no final do curso, a uma prova de aptidão artística, perante um júri com elementos externos à escola;
- Para acesso ao ensino superior, de acordo com a legislação aprovada em 2012 ([Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho](#) e [Portaria 243-A/2012, de 13 de agosto](#), alterada pela [Portaria n.º 419-A/2012, de 20 de dezembro](#) e pela [Portaria n.º 59-A/2014, de 7 de março](#)), é-lhes exigida a realização de exames de Português e de Filosofia, para além das disciplinas específicas requeridas pelas instituições de ensino superior, enquanto para os cursos científico-humanísticos é uma opção.
- É-lhes ainda exigido que obtenham a classificação de 95 pontos na média destes dois exames, quando aos alunos do ensino regular é-lhes exigida a mesma pontuação, mas é levada em conta a nota interna da disciplina e a classificação no respetivo exame, o que discrimina desfavoravelmente os primeiros.

Concluíram, afirmando que a divergência legislativa é incompreensível e bloqueia o acesso destes alunos ao ensino superior, pelo que solicitam que as classificações dos exames façam média ponderada com a classificação interna final da disciplina a que se reportam, com um

peso de 30%, e que o exame de Filosofia seja opcional, tal como sucede nos cursos científico-humanísticos.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) que agradeceu a exposição, considerando que se impõe atuar, face a esta situação, pelo que referiu que iria tomar diligências junto do Ministério da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou que esta injustiça constitui o plasmado das medidas tomadas pelo atual Ministério da Educação, relativamente às vias que não as de ensino, e anunciou que o PS está a preparar uma iniciativa legislativa que recomenda ao Governo o tratamento destas matérias de forma equitativa.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) afirmou que o CDS-PP valoriza os percursos alternativos e diferenciados, considerando que a referida legislação pretende a diferenciação em relação ao ensino profissional e não relativamente ao ensino artístico especializado. Referiu que aguardará a resposta do Ministério e perguntou, por último, se discordam do número de exames ou apenas das suas consequências.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) sublinhou a importância do ensino especializado e apresentou a posição do PCP em relação aos exames, entendendo que desvalorizam a avaliação contínua. Questionou depois os petiçãoários sobre a possibilidade de, existindo vontade política, resolver o problema ainda no presente ano letivo e perguntou se esta situação pode contribuir para a desvalorização destas escolas e se notam já algum impacto ao nível das matrículas.

Respondendo às questões, os petiçãoários reafirmaram as diferenças existentes entre o ensino regular e o ensino artístico especializado, no que se refere ao acesso ao ensino superior, considerando que a legislação é desajustada, pese embora o Ministério da Educação e Ciência não assumam as responsabilidades pela legislação que aprovou.

Fizeram referência ao pedido de audiência que dirigiram, há meses, ao Ministério da Educação e Ciência, sem que tenham, até ao momento, obtido qualquer resposta. Entendem, no entanto, que não estão esgotadas as vias negociais, pelo que solicitam a intervenção da Assembleia da República. Consideram que é ainda possível minimizar as consequências, no imediato, bastando, para tal, alterar a Portaria n.º 419-A/2012, na parte que prevê que “Só podem ser certificados para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior os alunos em que o valor de CFCEPE e a média das classificações obtidas nos exames a que se refere o n.º 2 do artigo 20.º da presente portaria sejam iguais ou superiores a 95”.

Referiram-se, por último, aos impactos desta situação, entendendo que os efeitos não estão ainda disseminados mas serão arrasadores para as instituições, caso não se altere a legislação, ameaçando mesmo o fecho das mesmas, dada a discriminação de que são alvo os alunos.

A gravação da audição pode ser consultada no processo da audição, em:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?bid=97927>

5. Proposta de mandato, prazo e Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Indisciplina em meio escolar.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Acácio Pinto, apresentou a proposta.

Após as intervenções das Sras. Deputadas Isilda Aguincha (PSD), Rita Rato (PCP), Odete João (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que manifestaram o seu acordo, a proposta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Outros assuntos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) dirigiu um agradecimento a todos os Deputados que participaram na Conferência sobre “Direitos Fundamentais da Criança e Educação Inclusiva”, referindo que tem recebido um feedback muito positivo, por parte dos participantes. Afirmou ainda que deverão chegar em breve à Comissão o parecer do Conselho Nacional de Educação, sobre Educação Especial, cujas recomendações deverão ser trabalhadas conjuntamente.

7. Data da próxima reunião

Dia 17 de junho de 2014 - 15h00

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2014

O VICE-PRESIDENTE

(Acácio Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
Margarida Almeida
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Isidro Araújo
Michael Seufert

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Heloísa Apolónia
Luís Fazenda
Maria Conceição Pereira
Nilza de Sena